

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

EΜ

30 DE OUTUBRO DE 2009

ACTA Nº 22

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Pediu a palavra o Senhor Vereador **Rui Miguel da Silva**, saudando todos os presentes e referindo a "disponibilidade de estar aqui, sempre no sentido de contribuir para o engrandecimento do concelho de Arganil. Estarei sempre com uma determinação pela positiva; evidentemente que, dentro da diversidade. As matérias serão



convenientemente justificadas e debatidas e terei sempre a posição que entenda ser a que melhor corresponde aos interesses do concelho"
Teve a palavra o Senhor Vereador Eduardo Miguel Duarte Ventura , que saudou os todos os presentes proferindo a seguinte declaração:
"Na primeira reunião do novo Executivo Municipal de Arganil, ao qual tenho a honra em pertencer, cumpre-me apresentar os meus sinceros cumprimentos a todos os seus Membros e saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o PSD pela vitória alcançada nas eleições Autárquicas do passado dia 11 de Outubro, desejando a todos as maiores felicidades no desempenho das funções que agora iniciamos."
"Os eleitores do Concelho de Arganil determinaram que o PS assumisse responsabilidades na Oposição da Câmara Municipal, o que, no nosso entendimento, também é uma forma de servir com elevação a nossa terra e este Concelho."
"Respondendo a esta vontade dos Arganilenses estou disponível para cumprir com dedicação, empenho e sobretudo com elevado sentido de responsabilidade, o cargo para o qual fui eleito, pelo que assumirei uma postura de oposição construtiva, cooperante e colaborante, no sentido de dar o meu contributo para o engrandecimento do nosso Concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos."
"Contudo, tal atitude não significará que me coibirei de formalizar propostas de trabalho e ideias de projectos que possam, de modo mais eficaz, contribuir para a resolução de alguns dos problemas que afectam o Concelho, assim como manifestar a minha discordância e apresentar alternativas a iniciativas que não se enquadrem na nossa perspectiva de desenvolvimento para Arganil."
"Não esquecerei ainda o papel de acompanhamento e de fiscalização da actividade Municipal que com toda a certeza desempenharei em permanência, já que quero continuar a protagonizar um trabalho de proximidade com todos os Arganilenses."
"Quero no entanto deixar claro que, na minha intervenção enquanto Vereador desta Câmara Municipal, os superiores interesses de Arganil e dos Arganilenses serão sempre respeitados e colocados no topo das nossas prioridades."
"Renovo os votos de um trabalho profícuo ao longo dos próximos 4 anos e que, com o contributo de todos nós, Arganil seja um Concelho ao qual tenhamos ainda mais orgulho em pertencer."
Arganil, 30 de Outubro de 2009
O Senhor Vice-Presidente usou da palavra "para saudar todos os presentes e deseiar que estes trabalhos e esta legislatura decorram da melhor forma"



-----Interveio o Senhor Vereador **António Cardoso**, para "dar as boas vindas aos Senhores, Eng^o Rui Miguel Silva, Dr. Miguel Eduardo Duarte Ventura e à Dr^a Paula Inês Moreira Dinis e para fazer um manifesto de que discutamos aqui os assuntos com elevação e com respeito uns pelos outros e sempre a bem do concelho".------

ORDEM DO DIA

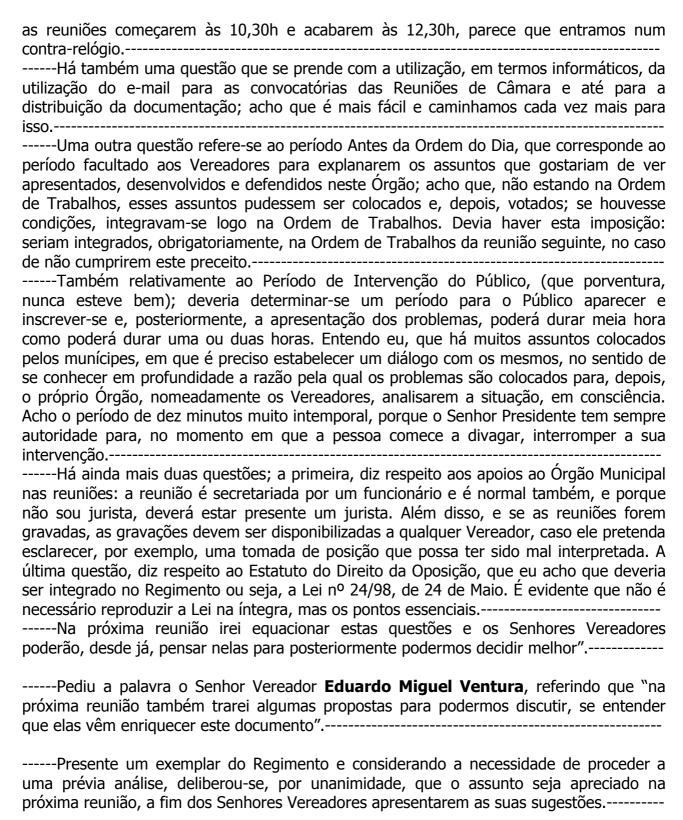
O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:
ORDEM DE TRABALHOS:
Capítulo Primeiro – Diversos;

Capítulo Primeiro

Diversos

PRIMEIRO : Distribuição do Regimento da Câmara Municipal de Arganil . Apreciação e discussão
Usou da palavra o Senhor Presidente , para propor que este ponto fosse discutido na próxima Reunião de Câmara, para dar mais algum tempo para os Senhores Vereadores, se quiserem, trazerem algum contributo para melhorar este documento
Pediu a palavra o Sr. Vereador Rui Miguel da Silva , referindo que, relativamente ao Regimento, tinha algumas alterações a propor; não sei se quererão balizá-las já, ou se preferem analisá-las na próxima reunião. Entendo que esta é uma matéria fácil e não acho muito correcto começar já a transferir assuntos para a próxima Reunião de Câmara"
O Senhor Presidente informou o Senhor Vereador Rui Silva que poderia expor as sugestões que entendesse, que seriam desde já acolhidas e, posteriormente, analisadas na próxima reunião
Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Rui Silva , enumerando as sugestões que propunha: "acho que a limitação temporal, neste Regulamento, está bastante rígida;

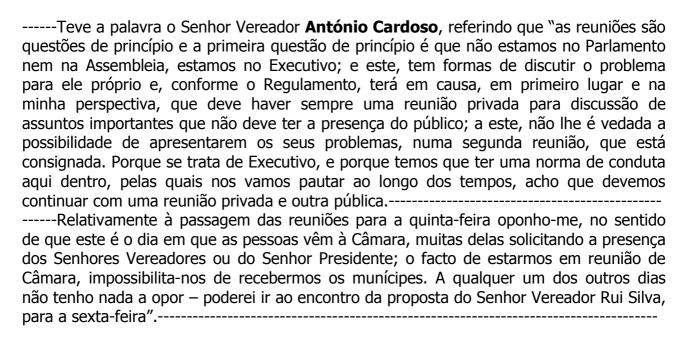






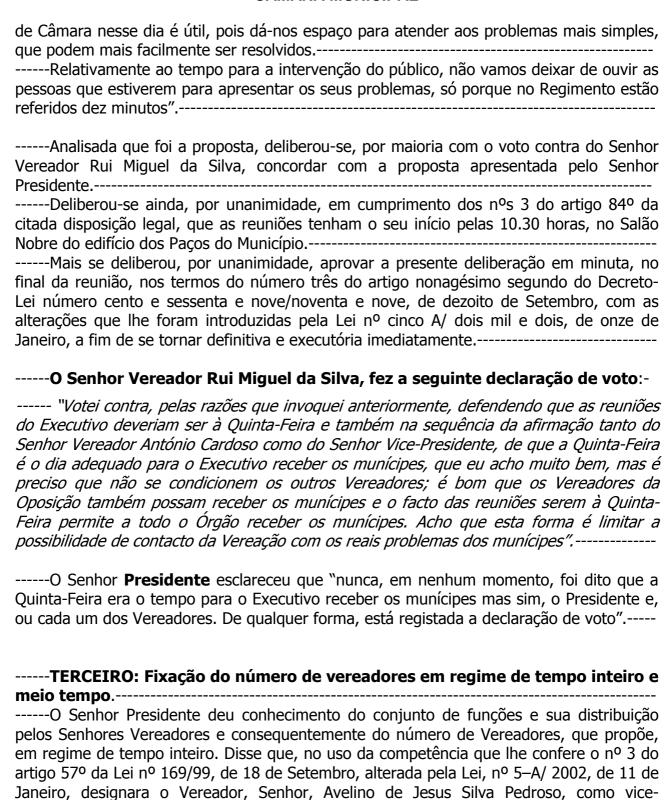


tempo que entender. Parece-me que deve haver balizas para nós nos entendermos e para a boa prossecução dos trabalhos".-----



-----Relativamente à intervenção do público, ela acontece em três níveis: o primeiro é o contacto directo com o Presidente ou com os Vereadores, o segundo é a sua participação na Reunião de Câmara e o terceiro é a sua participação na Assembleia Municipal e, de facto, a quinta-feira é um dia onde há um atendimento aos munícipes, quer da minha parte, quer da parte dos Senhores Vereadores, parecendo-me que não existindo reunião





presidente, a quem cabe, também substitui-lo nas suas faltas e impedimentos e que nos termos do nº 1 do artigo 58º designara o Vereador, Senhor António Gonçalves Cardoso, a



tempo inteiro e propôs ainda, nos termos do nº 2 do artº 58, que fosse fixado mais um Vereador a tempo inteiro, atento o conjunto de funções que pretende sejam exercidas pelo Vereador, Senhor Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa e um Vereador a meio tempo, Senhora Paula Inês Moreira Dinis.----------Pediu a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva**, para referir que "relativamente à proposta do Senhor Presidente, não tenho que concordar nem discordar; é a proposta do Executivo maioritário e é essa a forma e o entendimento que o Senhor Presidente tem em termos de gestão. Espero que resulte bem e que façam um bom trabalho e desejar as maiores felicidades nas funções que lhe foram atribuídas".----------O Senhor Vereador **Miguel Ventura** referiu que "também não tenho qualquer comentário; é a proposta do Senhor Presidente que respeitamos, saudamos e fazemos votos de um bom trabalho aos Senhores Vereadores que ficam com responsabilidades nas várias áreas".----------Concluída que foi a apreciação da questão em apreço, deliberou-se, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura, nos termos do disposto no nº 3 do citado artigo 58º, fixar, em mais um, o número de vereadores em regime de tempo inteiro e um vereador em regime de meio tempo.----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.----------QUARTO Proposta de Delegação de Competências.----------O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Dando cumprimento ao imperativo legal da desburocratização e da eficiência de forma a assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das decisões,----------proponho:----------1 - Nos termos do previsto, entre outros, no artigo sexagésimo quinto, número um da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no artigo trigésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:----------a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;----------**b)** Proceder à marcação e justificação das faltas dos Vereadores;-----------c) Decidir sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;------d) Decidir sobre a alienação de bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos

da lei;------



e) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
f) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções;
g) Apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;
h) Organizar e gerir os Transportes Escolares;
j) Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição;l) Decidir sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;
m) Promover a publicação de documentos, anuais ou boletins que interessem à história do município;
n) Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; o) Decidir sobre a captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;
p) Decidir sobre deambulação e extinção de animais nocivos;
após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas no cemitério propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários, ou relativamento aos quais se mastro que após patificação judicial.
os seus proprietários, ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
r) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do Município; s) Execução das opções do plano e o orçamento aprovados, bem como aprovar as suas alterações;
t) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;
u) Participação em órgãos de gestão de entidades da Administração Central nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;
v) Decidir sobre a colaboração no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
w) Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei; y) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse Municipal;
x) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse Municipal;

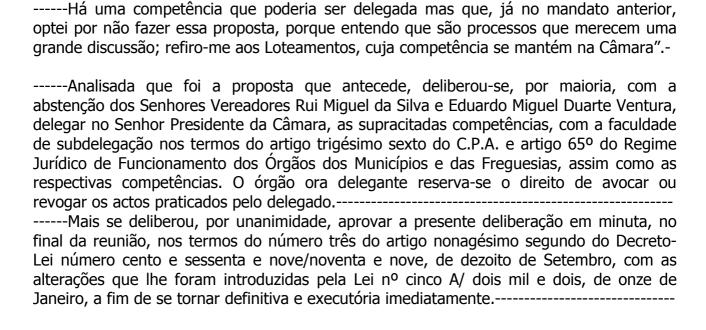


z) Participar em órgãos consultivos de entidades da Administração Central nos casos estabelecidos por lei;
aa) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;
ab) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei;
ac) Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos;ae) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das
pessoas; af) Emissão de licenças de condução (ciclomotor e veículo agrícola – Categoria III) e de 2ªs vias de Livretes e Titulo de Propriedade ag) Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei; ah) Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município
2 - Nos termos do previsto, entre outros, nos artigos 65°, número 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e das disposições conjugadas nos artigos 64°, nº 5, al. a) e no Regime Jurídico que Regulamenta a Instalação e o Funcionamento de Recintos de Espectáculos e de Divertimentos Públicos e no artigo trigésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
a) Licenciamento das instalações e o funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos
3 - Nos termos do previsto, entre outros, nos artigos 65°, número 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e das disposições conjugadas nos artigos 64°, nº 5, al. a) e no Regime Jurídico de Protecção ao Relevo Natural e Revestimento Vegetal e no artigo trigésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
relevo natural e das camada do solo arável4 - Nos termos do previsto, entre outros, nos artigos 65º, número 1 da Lei nº
169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-



A/2002, de 11 de Janeiro, e das disposições conjugadas no Titulo IX e Titulo XIV do Código de Posturas e Regulamento Municipais e no artigo trigésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
5 - Nos termos do previsto, entre outros, nos artigos 65°, número 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e das disposições conjugadas na Secção XII, do Capítulo XI, do Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Tarifas, publicado na II Série do Diário da Republica nº 47, Apêndice 33 de 8 de Março de 2005 e no artigo trigésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
6 - Nos termos do previsto, no artigo 29°, do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, ainda vigente por força do disposto na al. f), do nº1, do artº 14º do Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que me seja delegada, a seguinte competência:
Pediu a palavra o Senhor Vereador Miguel Ventura , referindo que "abstenhome de aprovar esta proposta; o único desejo que formulo e que sei que será cumprido, é que, o facto de serem retiradas algumas competências a esta Câmara Municipal para a alçada do Senhor Presidente, ou do Senhor Presidente para os Vereadores, não seja motivo para que não discutamos nestas reuniões os assuntos que estão no âmbito destas mesmas competências"
O Senhor Vereador Rui Silva interveio, para referir o seguinte: "é evidente que é facultada à Câmara Municipal delegar; no entanto, e na sequência do que disse o Senhor Vereador Miguel Ventura, essas delegações obrigam a uma grande responsabilidade: todos os assuntos que, no âmbito das competências, forem tratados, têm que vir à Reunião seguinte, sob pena de serem declarados nulos, de nenhum efeito e com os aborrecimentos que depois poderão daí advir"
O Senhor Presidente referiu que "naturalmente que todas as decisões que forem tomadas no âmbito da delegação de competências no Presidente, têm que vir ao conhecimento da Câmara Municipal; isso decorre da lei





Capítulo Segundo

Comunicações da Presidência

O Senhor Presidente deu conhecimento das funções atribuídas aos senhores vereadores e do regime do respectivo exercício, bem como das áreas que reservou para si, a saber: Gestão Urbanística, Turismo, Desenvolvimento Económico, Freguesias e Associativismo
O Senhor Vice-Presidente, Avelino de Jesus Silva Pedroso, será responsável pelas seguintes áreas: Ambiente e Saúde
O Vereador, Senhor António Gonçalves Cardoso, será responsável pelas seguintes áreas: Recursos Humanos, Desenvolvimento Rural e Florestas, Segurança e Protecção Civil
O Vereador, Senhor Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa, será responsável pelas seguintes áreas: Finanças, Educação e Acção Social
A Vereadora, Senhora Paula Inês Moreira Dinis, será responsável pelas seguintes áreas: Cultura, Juventude e Desporto



O Senhor Presidente, deu ainda conhecimento que designara para Chefe de Gabinete o Senhor Paulo José Gomes Rodrigues e para sua Secretária a Senhora Maria José de Oliveira Nobre
ENCERRAMENTO
E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e dez minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Carla Maria Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente